

# Subjetividade e comunicação: entre o público e o privado\*

*Ramilton Marinbo da Costa\**

## 1. As estrelas efêmeras da modernidade:

Não nos surpreende, hoje, as diversas formas através das quais o privado ganhou o brilho do público e o público investiu-se de algo do aconchego da intimidade; tudo circunfluido entre altas voltagens de espetáculo emocional e uma explícita sensação de voyerismo coletivo.

Habermas<sup>1</sup>, na análise que faz da transformação nas relações entre esfera pública e privada e dentro desta, a esfera íntima, ajuda a recompor o processo através do qual as mudanças na esfera familiar estão ligadas às mudanças sociais e implicam diferentes formas de subjetividade e comunicação.

Na esfera pública burguesa, a subjetividade do indivíduo privado estava, desde o início, ligada à publicidade pela literatura, fazendo com que o leitor empático repetisse as relações privadas esboçadas na literatura e a discutisse enquanto público:

*“Constituem a esfera pública de uma argumentação literária, em que a subjetividade oriunda da intimidade pequeno-familiar se comunica consigo mesma para se entender a si própria”<sup>2</sup>*

Daí surgiu o interesse psicológico para consigo e para com o próximo, onde a subjetividade, como corte interior do privativo, já é ligada ao público: as cartas, diários, o romance burguês de descrição psicológica em forma de autobiografia orientada para o humano, abriam o relacionamento entre pessoas privadas.

---

\* Texto submetido ao Colégio Editorial em novembro de 2001.

\*\* Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPb, doutorando em Sociologia PPGS/UFPb.

<sup>1</sup> HABERMAS, Jürgen – Mudança Estrutural da Esfera Pública - Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário 76 – Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>2</sup> HABERMAS, J. Op.cit.p.68

Diferente pois, de hoje, quando a esfera pública se transformou num meio de propaganda através dos *media*, cujos destinatários são pessoas privadas como consumidores e cuja função é a criação e educação desses mesmos consumidores. A publicidade, transformada num *show* de símbolos, se impõe, criando predisposições à concordância, articulando um princípio de integração, mobilizando potenciais aclamativos e permitindo que a vida privada se torne pública e a esfera pública assuma formas de intimidade: é a desinteriorização da interioridade, a privacidade sob holofotes.

Seguindo esta linha, sugerida por Habermas, tomarei as três últimas décadas do século XX, para analisar as mudanças ocorridas na esfera da família e nas formas de comunicação, permitindo-nos aclarar os motivos que levam com que a vida privada assuma a cena dos principais meios de comunicação do mundo e como a intimidade da esfera privada tem estado, cada vez mais, liberada para um público curioso e ansioso em viver emoções requentadas de vidas que não são as suas.

## 2. Esfera pública e esfera privada em Habermas<sup>3</sup>

Ao tratar das categorias de origem grega, transmitidas em sua versão romana, Habermas<sup>4</sup> fala da rigorosa separação existente na cidade-estado grega entre a esfera da *polis* e a esfera do *oikos*.

A *Polis* comum a todos os cidadãos-livres, era o reino da liberdade, da continuidade e da visibilidade; o espaço da conversação que constituía o carácter público. Como afirma Arendt<sup>5</sup>, tratava-se de uma esfera limitada de maneira estreitamente oligárquica ou aristocrática, na qual pelo menos os poucos ou melhores se relacionavam entre si como iguais entre iguais, intermediados pela conversa livre; ou seja, os senhores eram liberados do trabalho para ganhar a liberdade da coisa política.

E o *Oikos*, particular a cada indivíduo, esfera ligada a casa, era onde se reproduzia a vida, o trabalho do escravos; o reino da necessidade e transitoriedade, no interior do qual a posição do déspota doméstico dava a sua posição na pólis.

<sup>3</sup> Uma síntese desta questão tratada na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* de J. Habermas (1984)

<sup>4</sup> Ibidem

<sup>5</sup> ARENDT, Hannah – *O que é política?* – Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1999. p.p.48,49

Na Idade Média não se separavam o público e o privado. A casa do senhor era o centro de todas as relações de dominação, assim a autoridade privada e pública fundiam-se numa inseparável unidade.

Com as mudanças sócio-econômicas trazidas pelo capitalismo mercantil-financeiro, a sociedade vai se separando do Estado, separando esfera pública e esfera privada.

Na nascente sociedade burguesa, era na esfera privada, pela subjetividade da pequena família, que se dava o aprendizado público, na medida em que na esfera privada o homem privado era, ao mesmo tempo, dono de mercadoria, proprietário e também pai de família e homem.

No século XVIII, o setor privado era composto da sociedade civil (setor de troca de mercadorias e trabalho social) e do espaço íntimo da pequena família. Do outro lado, a esfera do poder público, constituída pelo Estado e pela Corte. Intermediados ambos, pela opinião pública, a esfera pública política e a esfera pública literária.

Portanto, era no lar que se criava uma subjetividade específica, as experiências sobre as quais um público tematizava sobre si mesmo; no momento em que a esfera da pequena família patriarcal separava-se da grande família, ocorrendo a privatização da vida e cujas manifestações concretas apareceram nas mudanças arquitetônicas, no surgimento de linhas internas separando os quartos (esfera privada) dos salões (esfera pública). – É nessa esfera pública interna onde as pessoas privadas, que se constituíam num público, apareciam primeiro, antes de aparecerem na sociedade; e tinha, portanto, como pano de fundo, o espaço fechado da pequena-família patriarcal.

Esse espaço da pequena-família patriarcal era o local de uma emancipação psicológica, que correspondia à emancipação político-econômica. Ou seja, à autonomia dos proprietários no mercado correspondia a uma representação pessoal na família aparentemente dissociada da coação social, repousando na comunhão amorosa entre os cônjuges, no livre-arbítrio, no afeto e na formação de um conceito de humanidade que se estendia a todos os homens.

Essa idéia que a esfera íntima da família estrita tem de si mesma colidia com as reais funções assumidas pela família burguesa, que não estava livre das coações da sociedade burguesa, cumprindo o papel que lhe era prescrito no processo de valorização do capital. No entanto, ela servia como uma agência da sociedade, fazendo a mediação que, sob a aparência de liberdade, assegurava a observância das exigências sociais.

Porém, a concepção que a família tinha de si mesma, como uma esfera que elabora intimamente a humanidade, com idéias de liberdade,

amor e formação, desenvolvidas a partir das experiências da esfera privada, na forma da pequena família, não era simples ideologia. Estas idéias eram também realidade, sem cuja validade subjetiva a sociedade não teria podido reproduzir-se. Com este conceito de humanidade, a burguesia elaborava uma concepção do existente que prometia salvação da coação da ordem vigente sem se evadir para um mundo transcendental.

Na esfera da intimidade da pequena família, as pessoas privadas consideravam-se independentes também em relação à esfera privada de suas atividades econômicas – exatamente como pessoas que podem estabelecer relações ‘puramente humanas’ – e a forma literária disso foi, em certa época, a correspondência epistolar. Escrevendo cartas o indivíduo desenvolvia a sua subjetividade. Desde o começo o interesse psicológico crescia consigo e para com o próximo.

Esta subjetividade, como corte interior do privado, já é desde sempre ligada ao público. E dos diários e cartas que eram copiadas, originou-se o romance burguês, a descrição psicológica em forma de autobiografia.

Autor, obra e público tornaram-se relacionamentos íntimos entre pessoas privadas, onde os interesses de ordem psicológica se orientavam para o ‘humano’.

Nas camadas mais amplas da burguesia a esfera do ‘público’ surgiu inicialmente como ampliação e, ao mesmo tempo, suplementação da esfera da intimidade familiar. Unindo quartos e salões sob o mesmo teto, a privacidade e público dependiam um do outro, assim a subjetividade do indivíduo privado estava desde o início ligada à publicidade: na literatura, ambos estavam sintetizados. Os leitores repetiam as relações privadas esboçadas na literatura e, reunidos num público, discutiam o que foi lido, constituindo a esfera pública de uma argumentação literária, em que a subjetividade oriunda da intimidade pequeno-familiar se comunicava consigo mesma para se entender a si própria.

As pessoas privadas, enquanto público, estavam sob a lei de uma igualdade de pessoas cultas, cuja generalidade abstrata de indivíduos como ‘meros seres humanos’, liberava a subjetividade oriunda da esfera íntima no processo de comunicação da esfera literária. Esta transposição fazia o raciocínio político do público burguês postular leis gerais, que, por serem externas aos indivíduos enquanto tais, asseguravam-lhes o desenvolvimento literário de sua interioridade; por terem validade geral, garantiriam a individualização; por serem objetivas, permitiriam que se desenvolvesse a subjetividade e, por serem abstratas, possibilitariam um espaço de manobra ao mais concreto. Este raciocínio, sob tais condições, postulava a racionalidade

moralmente pretensiosa, que nascida da força do melhor argumento, buscava o certo e o correto, numa opinião pública que pretendia corresponder à ‘natureza das coisas’.

A consciência de si mesma que a esfera política tinha era intermediada pela consciência institucional da esfera pública literária. Estas duas esferas se imbricavam de um modo peculiar. Em ambas, um público de pessoas privadas buscava representar sua autonomia (baseando-se na propriedade privada) enquanto tal, autonomia que na esfera da família burguesa realizava-se interiormente no amor, na liberdade, na cultura – em suma: enquanto “humanidade”.

A esfera da família, chamada esfera íntima, era o cerne da esfera privada, chamada esfera de mercado, mas dela se cria independente, embora estivesse profundamente envolvida nas necessidades do mercado.

Esta era a ambivalência da família: ser, ao mesmo tempo, agente da sociedade e, de certo modo, sua antecipada emancipação. Ambivalência expressa nos membros da família que estavam juntos tanto pela dominação patriarcal quanto pela intimidade humana, pois o burguês era ao mesmo tempo proprietário de bens e de pessoas e também ser humano entre seres humanos.

Esta ambivalência da esfera privada transparecia na esfera pública, onde as pessoas privadas se entendiam no discurso literário enquanto seres humanos sobre experiências de sua subjetividade ou no discurso político sobre a regulamentação da sua esfera privada. E embora o círculo de pessoas de ambas as formas de público não coincidisse plenamente, a esfera pública aparecia naturalmente à opinião pública como uma e indivisível. A esfera pública burguesa desenvolvida vai basear-se na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos.

Esta ficção era facilitada porque o *status* social das pessoas privadas burguesas conjugava as características de propriedade e formação cultural e, também, por se dar num contexto de emancipação política da sociedade civil burguesa em relação ao mercantilismo e ao regime absolutista. Numa época onde era possível identificar emancipação política com emancipação ‘humana’.

No entanto, as mudanças na estrutura da esfera pública burguesa vão interpenetrá-la crescentemente com o setor privado, o poder concentra-se em mãos privadas, quebrando a aparência de sociedade burguesa neutra; e os conflitos de interesses não podendo mais ser desencadeados na esfera privada passam para o âmbito da política, levando à socialização do Estado e à estatização da sociedade.

E na medida em que Estado e sociedade se interpenetram, a família se destaca do processo de reprodução social e a esfera íntima recua para a periferia da esfera privada (na medida em que esta se desprivatiza).

Separam-se a família e o mundo do trabalho, que se torna público, com o desenvolvimento das grandes empresas e da burocracia (ligados à concentração de capital); e a família recolhendo-se em si, troca as funções produtivas (educar os filhos, proteção, guia) pelas funções consumptivas (de rendimento e tempo livre) e passa a ser garantida pelo poder público (indenizações, ajudas previdenciárias) e progressivamente estará separada do contexto funcional do trabalho social de modo geral.

A família se torna cada vez mais privada, enquanto que o mundo do trabalho e da organização se tornam cada vez mais públicos.

Dessa forma, a família vai perdendo a força de interiorização pessoal e o poder de determinar comportamentos, na medida em que surgem socializações extra-familiares e a autoridade paterna se desmantela. O esvaziamento da esfera familiar íntima faz com que a vida privada se torne pública e a esfera pública passe a assumir formas de intimidade. Mudanças que se materializam nas transformações da arquitetura doméstica, onde as portas desaparecem, as paredes que separam os cômodos tornam-se mais finas; o isolamento das casa é rompido, aparecem os pátios comuns, os condomínios horizontais.

Sem a esfera privada protetora, o indivíduo cai na esfera pública e o público transforma-se em massa. E na medida que a sociedade se complexifica, a cidade cresce, mais a visão global (de toda cidade) se complica e mais o homem de massa recolhe-se na sua esfera privada. Mas é um recolhimento aparente, porque ele cai sob a influência de instâncias semi-públicas da ‘privacidade sob holofotes’ e cada vez mais há uma desinteriorização da interioridade.

E com a decadência da esfera pública literária, a porta fica aberta para forças sociais sustentadas pela esfera pública do consumismo cultural dos meios de comunicação de massa, que vai mudar as formas burguesas de convívio social e invadir a intimidade familiar.

A esfera pública se privatiza na consciência do público consumidor, limitando a capacidade de raciocínio crítico perante o poder público no plano subjetivo.

Assim, um público desintegrado enquanto público, mediatizado pela publicidade, não é capaz de participar; as opiniões não se formam de maneira racional, através do debate consciente com questões cognoscíveis; o raciocínio público das pessoas privadas torna-se um número no programa

dos astros do rádio e da tevê, nas mesas redondas de especialistas; onde os *media*, como autoridade, oferecem apoios e aconselhamentos, invertendo a relação originária da esfera íntima para com a esfera pública literária: a interioridade correlata à publicidade dá tendencialmente lugar a uma retificação correlata à intimidade; fazendo com que a problemática da existência privada seja absorvida, até certo ponto, pela esfera pública, sob a supervisão de instâncias publicitárias, fazendo com que os meios de comunicação de massa assumam uma intimidade de segundo grau.

### 3. Sem limite: entre o público e o privado

Habermas concluiu o seu trabalho “Mudança Estrutural da Esfera Pública” em 1961 mas, partindo dele, levantarei algumas considerações acerca deste contexto de final de milênio.<sup>6</sup>

Quais as continuidades, quais as alterações nas relações entre esfera íntima, subjetividade e vida social e política?

Quais as transformações sofridas no núcleo familiar; nas formas de comunicação e sociabilidade nas últimas três décadas que levam ao ano 2000?

As últimas três décadas podem ser consideradas espaço de intensas e velozes mudanças que afetaram vários aspectos da vida humana, tanto no seu domínio privado quanto no público.

A pílula anticoncepcional e a utopia comportamental dos anos 60 deixaram como herança uma série de conquistas que foram incorporadas ao cotidiano. Kehl<sup>7</sup> vê que, no plano pessoal, isto significou: autonomia para a mulher, liberdade e tolerância sexual, um vasta interpenetração entre os territórios de comportamentos considerados exclusivamente masculinos e femininos, abrindo novas modalidades de expressão e sensibilidade.

A estrutura patriarcal, que já vinha sendo erodida, encontra agora neste ambiente de crescente liberdade, maior limitação à autoridade pater-

---

<sup>6</sup> Apesar de nos seus trabalhos posteriores ele buscar ampliar os seus conceitos, no que diz respeito, principalmente, a busca de uma esfera pública autêntica. Ver HABERMAS J. - Modernidade versus pós-modernidade - *Arte em Revista*, 1980. e HABERMAS J. - A Nova Intransparência - *Novos Estudos CEBRAP*, n 18, São Paulo, 1987.

<sup>7</sup> KEHL, Maria Rita - A Razão depois da Queda, in: FERNANDES, H (org) *Tempo do Desejo, sociologia e psicanálise* - São Paulo, Editora Brasiliense, 1988. p 53.

na e ruptura com as remanescentes formas de socialização que ainda persistiam. Isto vai implicar a quebra da rigidez nas formas de educação familiar, mudança nas relações de dever e obediência, que se refletem, no plano jurídico, no crescente reconhecimento do direito da mulher, da criança e, no plano político, nos movimentos feministas, homossexuais, etc.

No plano social mais próximo, a família sofreu alterações com o acesso cada vez maior da mulher ao mercado de trabalho e a informações (com desdobramentos nas relações de poder familiar) e com a expansão de formas familiares diferentes da tradicional: mães como chefes de família; famílias onde filhos de pais separados se juntam numa nova família; famílias homossexuais, etc.

O processo de socialização também tem sido afetado por duas mudanças básicas.

De um lado, a influência extrafamiliar no processo de socialização, além de ser ampliada, torna-se cada vez mais antecipada; com a acesso precoce das crianças às creches e pré-escolas, separando-as do ambiente familiar, da mãe, mais cedo.

Isto faz com que a criança possa transferir a libido para longe da mãe, levando mais cedo a superação do traumatismo do desmame e a formação do ego, com a transferência da libido para a própria pessoa, agora melhor individualizada, antecipando o estágio narcisista, que Bastide<sup>8</sup> define como:

*“Já não podendo prender-se à mãe, volta-se a libido para o ego, que passa a constituir o objeto amado, desejado...o que o caracteriza é a fé da criança na onipotência deste eu, cujo poder criador acaba de descobrir, a fé no valor mágico dos seus desejos, de seus chamamentos, mais tarde no de seus gestos e finalmente no de suas palavras, capazes de determinar imediatamente, nas pessoas que o cercam, uma série de gestos e de comportamentos apropriados. Em resumo, o que o caracteriza é a fé da criança na onipotência deste eu. O narcisismo corresponde ao pensamento mágico, e quando os seus desejos deixam de ser realizados, a criança imagina a presença, na natureza a seu redor, de forças caprichosas análogas à sua, hostis ou favoráveis e que ela deve aprender a controlar. Na medida, no entanto, em que a criança mais cedo já faz parte de grupos exteriores, onde aprender a respeitar regras, a discutir, reagir à opinião dos demais e a criticar-se; cada vez mais cedo, também, a criança separa-se do*

---

<sup>8</sup> BASTIDE, R. – *Sociologia e Psicanálise* – São Paulo – Edições Melhoramento/ Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p.42.

*narcisismo*. Sai assim gradualmente do narcisismo egocêntrico para encaminhar-se na escola para o pensamento científico”.<sup>9</sup>

De outro lado, interfere um outro aspecto desse processo extra-familiar de socialização, no espaço interno, através da televisão/videocassete, computador (que nas últimas três décadas se expandiu, sofreu formidáveis mudanças tecnológicas e passou a fazer parte cada vez mais cedo e por mais tempo da vida infantil) que, por sua vez, reforça o mundo narcíseo da criança, com a ampliação do pensamento mágico, animista e autista, quando ela se compraz numa existência imaginária.

Um aparente antagonismo reveste o mundo da criança, onde pela convivência precoce com grupos extrafamiliares, transforma gradualmente o narcisismo, mudando o egocentrismo em sociocentrismo – reforçando a razão. Por outro lado, este viés narcisista é reforçado pela televisão – reativando a fantasia (expulsa da consciência e da realidade).

A dissolução, o abrandamento dos laços afetivos e do potencial emocional da socialização primária com relação aos pais (cada vez mais distantes e ausentes do processo de socialização), permite, cada vez mais cedo, o reconhecimento do outro e de si mesmo, ao mesmo tempo faz com que o processo de abstração se consolide de forma mais rápida, implicando formas de conhecimento que exigem menos da emoção e mais da razão. Mas, por este mesmo processo de afastamento, a fantasia é reavivada (por não encontrar correspondência na consciência e na realidade) e novas investidas emocionais se realizam no mundo imaginário (da televisão, dos jogos eletrônicos, do consumo).

Keane<sup>10</sup> exemplifica o caso dos vídeo-gueimes, cuja mania mundial fez desenvolver uma micro-esfera pública junto às crianças, criando nova cultura diária e formas de comunicação e intercâmbio, e cuja popularidade o autor atribui à luta, mesmo que intuitiva, pelo poder de co-determinar os resultados dos jogos eletronicamente mediados, permitindo novas interatividades, coordenações, habilidades interpretativas, dando maior liberdade ao jogador de escolher seu caminho pelo hipertexto, liberando a inventividade.

No vídeo-gueime – acredito - misturam-se estes ingredientes da subjetividade moderna: lógica e razão impressas na fantasia do virtual (padronizada, consumista, ingrediente).

---

<sup>9</sup> IBIDEM, p.218

<sup>10</sup> KEANE, John – Transformações Estruturais da Esfera Pública in: *Comunicação & Política*, Vol III, n 2, Rio de Janeiro, maio-agosto, 1996.

As novas formas de sociabilidade alteram e flanqueiam a socialização doméstica, abrindo-a para novos, múltiplos e fragmentados espaços e sujeitos de socialização, fazendo com que racionalidade e fantasia se fundam, se misturem, se influenciem na esfera privada e na esfera pública, determinando novas formas de subjetividade e comunicação.

Essas mudanças no processo de socialização primária fazem, em última instância, trocar as ligações afetivas reais, pelo consumo de emoções individualizadas, permitindo que a fantasia se libere das relações reais, potencializando sua utilização *regrediente*.

*“Os chamados ‘desejos infantis’, ou seja, as necessidades humanas por ligações afetivas reais (e não mediadas pela televisão, pelos filmes, pela literatura), por solidariedade no lar, no trabalho, no esporte, por relações humanas mais naturais, em suma, todas as emoções e sensações que pertenceram a um estágio de socialização ‘pre-social’ de dependência materna, onde as pulsões encontram plena satisfação na realidade e que ficam registradas na memória como ‘existência feliz’, essa dimensão do psiquismo é o que sofre a investida da produção capitalista. A sexualidade infantil, sexualidade esta tomada no amplo sentido do uso sensual das coisas, no alto grau de concreção, como horizonte de vida oposto ao contexto de coerção é substituída pela sexualidade das mercadorias ... O novo carro, a TV em cores, as viagens aparecem como forma artificial e classista de recuperar (ou de criar uma ponte com) a lembrança feliz da primeira infância. A ideologia assim, sob a filosofia da tecnocracia da sensualidade, praticamente ‘infantiliza a sociedade’, oferecendo-lhes guloseimas que lembram a infância perdida.”<sup>11</sup>*

Neste novo contexto, as experiências da intimidade têm pouco espaço de elaboração interna, já nascem expostas às esferas exteriores à família e aos meios de comunicação.

Isto traz duas conseqüências:

De um lado, a subjetividade é cada vez mais produzida pelos meios de comunicação de massa e pelo mercado, do que criada na intimidade da pequena família. E já não se igualam todos na perspectiva de ‘meros seres humanos’, mas na perspectiva de consumidores em potencial (que estão livres para realizar todos os seus desejos, dependendo apenas da sua sorte,

---

<sup>11</sup> FILHO, Ciro Marcondes – Imaginário o Arquiteto da Revolução, in: FILHO, C. M. (org.) *A Linguagem da Sedução* – São Paulo, Editora Perspectiva, 1988, p. 36-37

talento e capacidade), unidos não só pela racionalidade argumentativa, mas pela necessidade do espetáculo.

*“Enquanto isso, percebendo no desejo romântico uma necessidade persistente de expansão da imaginação e transcendência da existência cotidiana das massas, o mercado, através de sua grande vedete, a indústria cultural, vende um romantismo de segunda mão, restaurado e remendado pela enésima vez, concentrado na relação amorosa idealizada e nas ascensão social individual – uma promessa moderna para todos e sempre possível para alguns.”<sup>12</sup>*

Hoje, os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, realizam uma interconexão subjetiva entre o público, mas só que ela se realiza num plano exclusivamente privado, onde o indivíduo/telespectador/consumidor troca a monotonia do cotidiano pela fantasia – onde busca ‘viver’ a emoção substitutiva da emoção real.

*“Tudo deve ser individualizado e todos os desejos devem ser passíveis de serem transformados em mercadorias, e, assim, consumidos solitária e passivamente.”<sup>13</sup>*

Na medida em que os modelos de comportamento e percepção são, cada vez menos, determinados no interior da família e passam a ter influenciadores externos, cada vez mais os meios de comunicação formam a opinião pública, influenciando o gosto, o comportamento, as atitudes, crenças, valores, nas esferas estética, religiosa, política, etc.

*“É o jogo, o filme ou os desenhos animados que servem de modelos de percepção da esfera política.”<sup>14</sup>*

De outro lado, essa carência produzida pela escassa vivência/experiência no interior da família, produz a curiosidade com a vida íntima do outro, que se manifesta na forma crescente e diversa pela qual esta passa a ser explorada.

Agora, não é como na esfera pública literária, quando a privacidade se publicizava. Agora, também, o público se privatiza. Não interessa mais

<sup>12</sup> KHEL, Maria Rita, Op.cit.,p41.

<sup>13</sup> FILHO, Ciro Marcondes. Op.cit., pa.36.

<sup>14</sup> BAUDRILLARD, Jean—*A sombra das maiorias silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas*— São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.p.34.

apenas a vida privada de pessoas públicas; mas de forma crescente, a vida de pessoas privadas anônimas torna-se um foco de interesse público. Ao contrário do que previa Orwel, não é o *Grande Irmão*, mas os inúmeros *Pequenos Irmãos* que abrem “voluntariamente” suas vidas privadas para o público deles mesmos, intermediados pelos velhos e novos *media*.

E de duas formas diferentes.

De uma forma, com a privatização do público - os meios de comunicação, cada vez mais, expõem os dramas e comédias privadas. Programas de televisão ganham audiência expondo problemas, confusões, casos, brigas, experiências de pessoas anônimas.

Programas de televisão que exploram a privacidade de pessoas comuns são o sucesso do momento na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina.

*“A novidade na telinha consiste em expor à apresentação pública atitudes às quais as pessoas estão cansadas de assistir no dia-a-dia, mas apenas na intimidade e longe das câmaras.”<sup>15</sup>*

Por exemplo: A CBS com o programa *Survive* conseguiu 23 milhões de telespectadores. Este programa, que teve como idéia original o holandês *Big Brother*, foi copiado da TV sueca, foi copiado também na Espanha e Alemanha e no Brasil, pela rede Globo, assumiu a forma de *No Limite*, chegando a uma audiência de 28 milhões de pessoas.<sup>16</sup>

Na Inglaterra, de forma parecida, uma emissora, PBS, transmite a vida de uma família durante três meses numa casa da era vitoriana.

No Chile, uma atriz foi contratada para viver dois meses em uma casa de vidro, exposta ao público.

No Brasil, proliferam as pegadinhas e programas que copiam o americano *Geraldo*, como: *Programa da Márcia*, *Ratinho*, *Silvia Popovic*. São espaços onde as pessoas comuns aparecem em público, quase sempre em condição subalterna ou na posição de calouro, abrindo sua vida íntima aos 15 minutos da efêmera fama.

Para Keane<sup>15</sup>, os fenômenos supostamente privados estão sendo atraídos para os vórtices da controvérsia negociada. O domínio da privaci-

<sup>15</sup> VEJA – Editora Abril, 28/05/2000

<sup>16</sup> Segundo pesquisa da Rede Globo, 88% dos telespectadores gostam de ver pessoas anônimas fazendo sucesso na televisão. (*Veja*, Editora Abril:16/08/2000: 107)

<sup>17</sup> KEANE, J.. Op.cit., p.23.

dade desaparece e o processo de politização abala a divisão convencionalmente aceita entre o público e o privado.

De outra forma, com a publicização do privado - as pessoas abrem suas intimidades ao público através dos novos *media*.

*“O fenômeno da consagração do homem comum como personagem incomum ganhou corpo com a Internet, que dá a qualquer um a chance de abrir sua página para dizer quem é, o que faz e publicar o poema que nunca ninguém quis ler.”*<sup>18</sup>

Estima-se que hoje mais de dez mil web-câmaras estejam jogando imagens da intimidade de pessoas comuns na rede.

Mas, mesmo fora do mundo das pessoas comuns, verifica-se uma tendência cada vez maior de abrir a vida íntima ao público. Artistas, novos ricos e intelectuais abrem suas casas para a tevê ou para as revistas; as biografias reaparecem como sucesso editorial; políticos posam no programa eleitoral como se fosse para um álbum de família, ou desembalam problemas privados que, transformados em debate público, desestabilizam ou encerram carreiras políticas. Bill Clinton, cujas estrepolias eróticas na Casa Branca ocuparam a atenção do público mundial por vários meses, divulgou no fim do seu governo um vídeo onde aparece cuidando de tarefas cotidianas: esperando a roupa lavar, limpando o carro, etc.<sup>19</sup>

Nas últimas décadas, parece haver desaparecido os últimos vestígios de um linha que separava o espaço público e a esfera íntima da vida privada. Não só porque o público invadiu a esfera privada, mas também porque esta, se abrindo ao público, é servida como objeto da vida real de consumo, neste novo contexto onde a fantasia predomina, criando as suas próprias rotações.

A busca dos conteúdos privados da esfera íntima é uma dessas manifestações neuróticas resultante do uso regressivo da fantasia pelas unidades de reprodução simbólica, veiculando sonhos, desejos, esperanças que reforçam nas massas a dependência à fantasia.

---

<sup>18</sup> *Vêja*, Editora Abril, 28/05/2000. p.92

<sup>19</sup> Para Sennet, há uma crescente confusão entre vida pública e vida íntima: as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos que só poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal. Isto faz com que comportamentos e soluções só suscitem paixões quando tratados como questões de personalidade. SENNET, Richard – *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* – São Paulo, Companhia das Letras, 1995.